

COORDENADOR
PEDRO
LENZA

Celso Spitzcovsky

Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP

DIREITO ADMINISTRATIVO

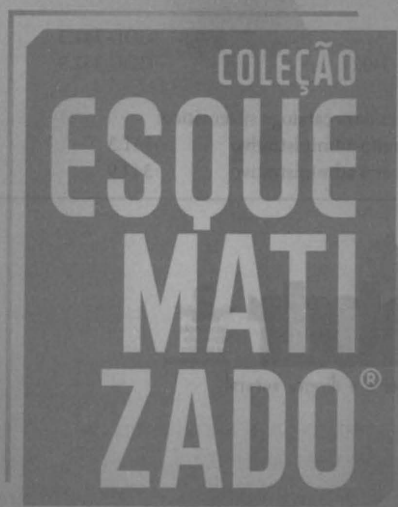
8ª edição
2025

Inclui **MATERIAL
SUPLEMENTAR**

- Capítulos extras
- Questões de concursos



saraiva **jur**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, *e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data da entrega dos originais à editora*. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Data do fechamento do livro: 06/12/2024
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright ©2025 by
Saraiva Jur, um selo da SRV Editora Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
- **Atendimento ao cliente:** <https://www.editoradodireito.com.br/contato>
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da **SRV Editora Ltda.**
- Capa: Lais Soriano
Diagramação: Fernanda Matajs
- **DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

S761c Spitzcovsky, Celso

Direito administrativo / Celso Spitzcovsky; coordenado por Pedro Lenza. – 8. ed.

– São Paulo: Saraiva Jur, 2025. (Coleção Esquematizado*)

872 p.

ISBN 978-85-5362-823-0 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito administrativo. I. Lenza, Pedro. II. Título. III. Série.

2024-3402 CDD 341.3
CDU 342.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito administrativo	341.3
2. Direito administrativo	342.9

SUMÁRIO

<i>Mensagem de pais para filho</i>	V
<i>Agradecimentos</i>	VII
<i>Metodologia Esquematizado</i>	IX
<i>Prefácio</i>	XI
<i>Nota do Autor à 8.ª edição</i>	XIII
1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	1
1.1. Função administrativa — definição	1
1.2. Direitos e deveres da administração	4
1.3. Quadro sinótico	6
1.4. Questões	online
2. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	7
2.1. Noções gerais	7
2.2. Espécies	12
2.2.1. Princípios expressos	12
2.2.1.1. Princípio da legalidade	12
2.2.1.2. Princípio da impessoalidade	17
2.2.1.3. Princípio da moralidade	23
2.2.1.3.1. Controle dos atos imorais	24
2.2.1.4. Princípio da publicidade	28
2.2.1.4.1. A Lei n. 12.527/2011	32
2.2.1.4.2. A Lei n. 13.709/2018	39
2.2.1.5. Princípio da eficiência	47
2.2.2. Princípios implícitos da Administração Pública	51
2.2.2.1. Princípio da supremacia do interesse público sobre o particular	51
2.2.2.2. Princípio da motivação	51
2.2.2.2.1. Da impossibilidade de demissão de cargos e empregos públicos sem justa causa	53
2.2.2.2.2. Da teoria dos motivos determinantes	57
2.2.2.3. Princípio da autotutela	61
2.2.2.4. Princípio da isonomia	61
2.2.2.5. Princípio da razoabilidade	66
2.2.2.6. Da razoabilidade e da proibição de tatuagem e altura em concurso público	70
2.2.2.7. Princípio da segurança jurídica	73
2.2.2.7.1. A Lei n. 13.655/2018 (LINDB)	78
2.3. A teoria do fato consumado e o princípio da confiança legítima	79
2.4. Precedente do STF permitindo a retroatividade da Lei	84
2.5. Quadro sinótico	85
2.6. Súmulas sobre princípios constitucionais da Administração Pública	86
2.6.1. Súmulas do STF	86
2.6.2. Súmulas vinculantes	87

2.6.3. Súmulas do STJ	87
2.7. Questões	online
3. DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	89
3.1. Noções gerais e definição	89
3.2. Hipóteses previstas na Lei n. 8.429/92: noções gerais	91
3.2.1. Extensão das hipóteses de improbidade: por atos, omissões, por danos materiais e danos morais	93
3.3. Da ação voltada a combater atos de improbidade administrativa	103
3.3.1. Da legitimidade ativa	105
3.3.2. Da legitimidade passiva	105
3.3.2.1. A questão relacionada aos agentes políticos	106
3.3.2.2. A questão relacionada aos particulares	108
3.3.3. Parâmetro para a aplicação de sanções: qual o cargo a ser considerado?	110
3.3.4. Foro competente	111
3.4. Das sanções	112
3.4.1. Indisponibilidade de bens	113
3.4.2. Suspensão de direitos políticos	118
3.5. Acordo de não persecução civil	120
3.6. Graduação da intensidade das sanções	123
3.7. Itens a serem considerados para a aplicação de sanções	125
3.8. Requisitos desnecessários para a aplicação das sanções	127
3.9. Transferência de sanções para herdeiros ou sucessores	129
3.10. Da sentença	130
3.11. Das disposições penais	132
3.12. Prescrição	133
3.13. A Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)	138
3.13.1. Importância	138
3.13.2. Origem	138
3.13.3. Objeto	139
3.13.4. Extensão	139
3.13.5. Perfil da responsabilidade	139
3.13.6. Hipóteses configuradoras de responsabilização	141
3.13.7. Das sanções	142
3.13.8. Prescrição	147
3.13.9. Da possibilidade de responsabilização da Administração por omissão	147
3.13.10. Do Decreto n. 11.129/2022	147
3.14. Quadro sinótico	148
3.15. Súmulas sobre improbidade e imoralidade administrativa	148
3.15.1. Súmula do STF	148
3.15.2. Súmula vinculante	148
3.15.3. Súmulas do STJ	149
3.16. Questões	online
4. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO	151
4.1. Noções gerais	151
4.1.1. Abuso de poder — Lei n. 13.869/2019	152

4.2. Espécies	154
4.2.1. Poder vinculado	154
4.2.2. Poder discricionário	155
4.2.3. Poder hierárquico	157
4.2.4. Poder disciplinar	159
4.2.5. Poder normativo ou regulamentar	164
4.2.6. Situação existente no Brasil	164
4.2.6.1. Poder de polícia	168
4.2.6.1.1. Atributos do poder de polícia	174
4.2.6.1.2. Remuneração	176
4.2.6.1.3. Polícia administrativa X polícia judicial	176
4.2.7. Poder de império ou extroverso	177
4.3. Quadro sinótico	177
4.4. Súmulas sobre poderes da administração	178
4.4.1. Súmulas do STF	178
4.4.2. Súmulas vinculantes	178
4.4.3. Súmula do STJ	179
4.5. Questões	online
5. ATOS ADMINISTRATIVOS	181
5.1. Definição	181
5.2. Requisitos de validade	182
5.2.1. Competência	182
5.2.2. Forma	183
5.2.3. Objeto	184
5.2.4. Finalidade	184
5.2.5. Motivo e a teoria dos motivos determinantes	184
5.3. Atributos do ato administrativo	187
5.3.1. Presunção de legitimidade	187
5.3.2. Autoexecutoriedade	188
5.3.2.1. Cláusulas de reserva judicial	188
5.3.3. Imperatividade	189
5.3.4. Tipicidade	189
5.3.5. Coercibilidade	190
5.4. Classificação dos atos administrativos	190
5.4.1. Quanto aos destinatários	190
5.4.2. Quanto ao alcance	191
5.4.3. Quanto ao objeto	191
5.4.4. Quanto ao grau de liberdade conferido ao administrador	191
5.4.5. Quanto à formação do ato	192
5.4.6. Quanto à perfeição, validade e eficácia	193
5.5. Espécies de atos administrativos	194
5.5.1. Atos normativos	194
5.5.2. Atos ordinatórios	195
5.5.3. Atos negociais	195
5.5.4. Atos enunciativos	195
5.5.5. Atos punitivos	195

5.6. Formas de extinção.....	196
5.6.1. Anulação.....	196
5.6.2. Revogação.....	198
5.6.3. Outras modalidades de extinção.....	199
5.7. Convalidação dos atos administrativos.....	200
5.8. Formas de controle.....	201
5.9. Quadro sinótico.....	202
5.10. Súmulas sobre atos administrativos.....	202
5.10.1. Súmulas do STF.....	202
5.10.2. Súmula vinculante.....	203
5.11. Questões.....	online
6. ESTRUTURA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	205
6.1. Estrutura da Administração.....	205
6.1.1. Noção geral.....	205
6.2. Estrutura direta da Administração.....	205
6.2.1. Teoria do órgão.....	208
6.2.2. Classificação dos órgãos.....	209
6.3. Estrutura indireta da Administração.....	211
6.3.1. Noções gerais.....	211
6.4. Integrantes.....	216
6.4.1. Autarquias.....	216
6.4.2. Agências reguladoras.....	219
6.4.2.1. Natureza e regime jurídico.....	219
6.4.2.2. Espécies.....	222
6.4.2.3. Associações públicas.....	223
6.4.2.4. Conselhos profissionais.....	225
6.4.2.5. Da peculiar situação da OAB.....	226
6.4.3. Fundações.....	226
6.4.4. Agências executivas.....	233
6.4.5. Empresas públicas.....	236
6.4.6. Sociedades de economia mista.....	243
6.4.7. As empresas públicas e sociedades de economia mista na Lei n. 13.303/2016....	250
6.4.7.1. Definições.....	250
6.4.7.2. Destinatários.....	251
6.4.7.3. Da função social da empresa pública e da sociedade de economia mista.....	254
6.4.7.4. Da nomeação dos seus dirigentes.....	255
6.4.7.5. Das limitações quanto a despesas com publicidade e patrocínio.....	258
6.4.7.6. Das regras de transição.....	259
6.4.7.7. Das sanções incidentes sobre as empresas públicas e sociedades de economia mista.....	259
6.5. Quadros sinóticos.....	262
6.6. Súmulas sobre estrutura da Administração Pública.....	264
6.6.1. Súmulas do STF.....	264
6.6.2. Súmula vinculante.....	264
6.6.3. Súmulas do STJ.....	264
6.7. Questões.....	online

7. TERCEIRO SETOR.....	267
7.1. Organizações sociais.....	268
7.2. Serviços sociais autônomos	271
7.3. Organizações da sociedade civil de interesse público	273
7.4. Das parcerias voluntárias: Lei n. 13.019/2014	277
7.4.1. Dos objetivos e dos destinatários	277
7.4.2. Do objeto.....	278
7.4.3. Das organizações da sociedade civil.....	279
7.4.4. Dos instrumentos viabilizadores das parcerias	280
7.4.5. Forma de escolha: chamamento público	282
7.4.6. Da publicidade.....	283
7.4.7. Do controle de resultados e monitoramento	283
7.4.8. Da vigência	284
7.4.9. Das contratações diretas.....	284
7.5. Quadro sinótico	285
7.6. Súmulas sobre terceiro setor	286
7.6.1. Súmula do STJ	286
7.6.2. Súmula do STF	286
7.7. Questões	online
8. SERVIÇOS PÚBLICOS	287
8.1. Serviços públicos.....	287
8.1.1. Definição	287
8.1.2. Princípios relacionados à prestação de serviços públicos	288
8.1.2.1. Princípio da continuidade do serviço público	288
8.1.2.2. Princípio da mutabilidade do regime jurídico.....	291
8.1.2.3. Princípio da modicidade das tarifas	291
8.1.2.4. Princípio da generalidade	292
8.1.3. Formas de prestação de serviços públicos	293
8.1.4. Formas de remuneração	299
8.1.5. Código de defesa dos usuários de serviços públicos	301
8.2. Quadro sinótico	303
8.3. Súmulas sobre serviços públicos	304
8.3.1. Súmulas vinculantes	304
8.3.2. Súmula do STF	304
8.3.3. Súmula do STJ	304
8.4. Questões	online
9. CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	307
9.1. Perfil constitucional	307
9.2. Disciplina infraconstitucional — Lei n. 8.987/95	311
9.2.1. Noções gerais.....	311
9.2.2. Definições.....	312
9.2.3. Serviço público adequado	315
9.2.4. Política tarifária.....	318
9.2.5. Responsabilidade dos concessionários e permissionários	321
9.2.6. Subconcessões e contratos com terceiros	325
9.2.7. Encargos do Poder concedente e do concessionário	327

9.2.8.	Intervenção	327
9.2.9.	Formas de extinção.....	328
9.2.9.1.	Termo.....	328
9.2.9.2.	Encampação	328
9.2.9.3.	Caducidade.....	329
9.2.9.4.	Rescisão.....	330
9.2.9.5.	Anulação	330
9.2.9.6.	Falência.....	331
9.2.9.7.	Extinção e falecimento.....	331
9.2.10.	Consequências da extinção das concessões: a reversão de bens e a reassunção de serviço.....	331
9.3.	Diferenças entre concessões e permissões	333
9.4.	Quadro sinótico	333
9.5.	Súmulas sobre concessões e permissões de serviços públicos	334
9.5.1.	Súmulas vinculantes.....	334
9.5.2.	Súmula do STF	335
9.5.3.	Súmula do STJ	335
9.6.	Questões	online
10.	PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS	337
10.1.	Parcerias público-privadas.....	337
10.1.1.	Definição e modalidades.....	337
10.1.2.	Competência para legislar e abrangência.....	341
10.1.3.	Limites.....	342
10.1.4.	Diretrizes	343
10.1.5.	Garantias oferecidas ao parceiro privado	344
10.1.6.	Licitação	346
10.1.6.1.	Regras gerais.....	346
10.1.6.2.	Regras específicas sobre licitações nas PPPs.....	346
10.1.7.	Sociedade de propósito específico	349
10.1.8.	Cláusulas essenciais dos contratos de PPPs.....	350
10.1.9.	Da Lei n. 13.448, de 5 de junho de 2017	352
10.1.10.	Da Lei n. 13.529, de 4 de dezembro de 2017	355
10.2.	Quadro sinótico	355
10.3.	Questões	online
11.	LICITAÇÕES — LEI N. 14.133/2021	357
11.1.	Noções gerais	357
11.2.	Competência.....	362
11.3.	Vigência e regime de transição	364
11.4.	Aplicabilidade da nova lei.....	367
11.5.	Alterações legislativas.....	369
11.5.1.	No Código de Processo Civil	369
11.5.2.	Revogação da legislação em vigor	369
11.5.3.	No Código Penal.....	370
11.5.3.1.	Em razão do valor	372
11.5.4.	Das concessões, permissões e PPPs.....	373

11.6.	Princípios das licitações	373
11.7.	Dos agentes públicos	380
11.7.1.	Das definições	380
11.7.2.	Agente e comissão de contratação	382
11.7.2.1.	Responsabilidade pelos atos praticados	382
11.8.	Dos objetivos da licitação	385
11.8.1.	Elenco	385
11.8.2.	Publicidade e transparência das licitações	386
11.8.3.	Participação nas licitações: possibilidades e proibições	386
11.9.	Fases da licitação	388
11.9.1.	Noções gerais	388
11.9.2.	Fase preparatória	389
11.9.3.	Edital	390
11.9.4.	Fase de propostas e lances	391
11.9.5.	Fase de julgamento	391
11.9.6.	Fase de habilitação	392
11.9.7.	Fase recursal única	394
11.9.8.	Do encerramento da licitação	394
11.10.	Modalidades de licitação	396
11.10.1.	Noções gerais	396
11.10.2.	Modalidades	397
11.10.2.1.	Concorrência	397
11.10.2.2.	Concurso	397
11.10.2.3.	Leilão	398
11.10.2.4.	Pregão	399
11.10.2.5.	Diálogo competitivo	399
11.11.	Critérios de julgamento	401
11.11.1.	Critérios	401
11.11.2.	Particularidades de cada critério	402
11.12.	Instrumentos auxiliares às licitações	403
11.12.1.	Noções gerais	403
11.12.2.	Modalidades	403
11.12.2.1.	Credenciamento	403
11.12.2.2.	Pré-qualificação	404
11.12.2.3.	Procedimento de manifestação de interesse	405
11.12.2.4.	Sistema de registro de preços	405
11.12.2.5.	Do registro cadastral	406
11.13.	Das compras, das obras e serviços de engenharia e dos serviços em geral	407
11.13.1.	Localização	407
11.13.2.	Das compras	407
11.13.3.	Das obras e serviços de engenharia	408
11.13.4.	Dos serviços em geral	410
11.14.	Das contratações diretas	411
11.14.1.	Noções gerais	411
11.14.2.	Modalidades	413
11.14.2.1.	Inexigibilidade de licitação	413
11.14.2.2.	Licitação dispensável	416

11.14.2.2.1. Baixo valor.....	416
11.14.2.2.2. Emergência.....	418
11.14.2.2.3. Licitação deserta e fracassada.....	419
11.14.2.2.4. Aquisição de medicamentos.....	419
11.14.2.2.5. Equipamentos destinados ao rastreamento e à obtenção de provas.....	419
11.14.2.3. Licitação dispensada.....	419
11.15. Das licitações na Lei n. 13.303/2016 (Responsabilidade das estatais).....	421
11.15.1. Da exigência de licitação e dos casos de dispensa e de inexigibilidade (arts. 28 a 30).....	422
11.15.2. Disposições de caráter geral sobre licitações e contratos (arts. 31 a 41).....	422
11.15.3. Das normas específicas para obras e serviços (arts. 42 a 46).....	424
11.15.4. Das normas específicas para aquisição de bens (arts. 47 e 48).....	426
11.15.5. Das normas específicas para alienação de bens (arts. 49 e 50).....	426
11.15.6. Do procedimento de licitação (arts. 51 a 62).....	427
11.16. Quadro sinótico.....	429
11.17. Questões.....	online
11.18. Capítulo extra — Licitações — Lei n. 8.666/93.....	online
12. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS — LEI N. 14.133/2021.....	433
12.1. Definição e regime jurídico.....	433
12.1.1. Cláusulas exorbitantes.....	433
12.1.2. Cláusulas essenciais.....	436
12.1.3. Da eficácia.....	437
12.1.4. Das garantias.....	438
12.2. Da alocação de riscos.....	438
12.3. Da duração dos contratos.....	439
12.4. Execução dos contratos.....	440
12.5. Alterações nos contratos.....	446
12.6. Hipóteses de extinção dos contratos.....	448
12.7. Do recebimento dos contratos.....	449
12.8. Dos pagamentos.....	450
12.9. Da nulidade dos contratos.....	451
12.10. Dos meios alternativos de resolução de controvérsias.....	453
12.11. Das infrações e sanções administrativas.....	454
12.11.1. Noções gerais.....	454
12.11.2. Das sanções.....	454
12.11.3. Da prescrição.....	456
12.11.4. Apreciação conjunta das infrações administrativas.....	457
12.11.5. Desconsideração da personalidade jurídica.....	457
12.11.6. Publicidade das sanções.....	457
12.11.7. Reabilitação do licitante ou contratado.....	458
12.12. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos.....	459
12.12.1. Da legitimidade e dos prazos.....	459
12.12.2. Dos recursos.....	460
12.12.3. Do pedido de reconsideração.....	461
12.12.4. Das sanções administrativas.....	461
12.13. Controle das contratações.....	461
12.13.1. Das linhas de defesa.....	462
12.13.2. Do controle preventivo e repressivo.....	462

12.13.3.	Dos tribunais de contas	462
12.13.4.	Do portal nacional de contratações públicas	463
12.13.4.1.	Objetivos	463
12.13.4.2.	Natureza das informações	464
12.13.4.3.	Acesso às informações	464
12.14.	Convênios e consórcios	466
12.15.	Consórcios públicos	466
12.16.	Contratos na Lei n. 13.303/2016	473
12.17.	Quadro sinótico	477
12.18.	Questões	online
12.19.	Capítulo extra — Contratos Administrativos — Lei n. 8.666/93	online
13.	RESPONSABILIDADE DO ESTADO	481
13.1.	Definição e desdobramentos	481
13.1.1.	Dano certo	481
13.1.2.	Dano especial	481
13.1.3.	Dano anormal	482
13.1.4.	Agentes públicos	482
13.1.5.	Atuação na qualidade de agente público	482
13.2.	Evolução histórica	483
13.2.1.	Irresponsabilidade	483
13.2.2.	Responsabilidade subjetiva	484
13.2.3.	Responsabilidade objetiva	484
13.2.3.1.	Risco integral	485
13.2.3.2.	Risco administrativo	485
13.3.	Responsabilidade do estado no Brasil	486
13.3.1.	Evolução histórica	486
13.3.2.	Perfil atual	489
13.3.2.1.	Danos resultantes da prestação de serviços públicos	489
13.3.2.1.1.	Da ação regressiva contra o agente causador do dano	491
13.3.2.1.2.	Da prescrição	492
13.3.2.1.3.	Da prescrição para a propositura de ação regressiva	494
13.3.2.2.	Responsabilidade do Estado resultante de omissão	495
13.3.2.3.	Dos danos resultantes de exploração de atividades econômicas	498
13.3.2.4.	Da amplitude do tema ao nível da jurisprudência dos nossos tribunais ..	502
13.4.	Pontos polêmicos	506
13.4.1.	Denúnciação da lide	506
13.4.2.	Atos legislativos e judiciais	507
13.4.3.	Responsabilidade por dano nuclear e ambiental	509
13.4.4.	Responsabilidade por danos resultantes de atentados terroristas	512
13.4.5.	Notários	513
13.4.5.1.	Da natureza da atividade notarial	513
13.4.5.2.	Da responsabilidade dos notários	514
13.4.5.3.	Da substituição do notário ou registrador por preposto	516
13.5.	Quadro sinótico	517
13.6.	Súmulas sobre responsabilidade do Estado	519
13.6.1.	Súmula vinculante	519
13.6.2.	Súmulas do STJ	519
13.7.	Questões	online

14. SERVIDORES PÚBLICOS	521
14.1. Noções gerais	521
14.2. Legitimidade para ingresso	522
14.3. Forma de ingresso	524
14.3.1. Da necessidade de aprovação em concurso público	524
14.3.2. Provas e títulos	527
14.3.3. Idade	529
14.3.4. Da participação feminina	532
14.3.5. Investigação social	532
14.3.6. Nomeação e posse	535
14.3.6.1. Prazo de validade do concurso e nomeação	535
14.3.6.2. Da posse	541
14.3.6.3. Do efetivo exercício das atribuições	542
14.3.6.4. Competência para apreciar ilegalidades na fase pré-contratual	542
14.3.7. Extensão da regra geral para candidatos portadores de necessidades especiais e dos afrodescendentes	542
14.3.8. Extensão para a Administração direta e indireta	548
14.3.9. Exceções à regra geral	549
14.3.9.1. Cargos em comissão	549
14.3.9.2. Contratações temporárias	551
14.3.9.3. Cargos políticos	552
14.3.9.4. Agentes de combates às endemias	553
14.3.10. Competência para a apreciação de ilegalidades na fase contratual	554
14.3.11. Estágio probatório	556
14.4. Estabilidade	558
14.4.1. Definição, aquisição e extensão	558
14.4.2. Extinção do cargo do servidor estável	560
14.4.3. Estabilidade x vitaliciedade	560
14.4.4. Hipóteses de perda do cargo pelo servidor estável	561
14.4.5. Estabilidade atípica	564
14.4.6. Estabilidade extraordinária	565
14.5. Remuneração	566
14.5.1. Sistemas de remuneração	566
14.5.2. Teto de remuneração	569
14.5.3. Exceções ao teto	571
14.5.4. Subtetos	572
14.5.5. Revisão da remuneração	575
14.5.6. Equiparação	577
14.5.7. Irredutibilidade de vencimentos	580
14.5.8. Natureza da remuneração	581
14.5.9. Piso de remuneração	581
14.5.10. Redução de jornada e remuneração inferior ao salário mínimo	582
14.6. Acumulação remunerada	583
14.7. Regime jurídico único	590
14.8. Direito de greve e de sindicalização	591
14.8.1. Do direito de greve	591
14.8.2. Direito de sindicalização	597
14.9. Regime de aposentadoria	599

14.9.1.	Regras gerais	599
14.9.2.	Critério: tempo de contribuição	599
14.9.3.	Destinatários.....	600
14.9.4.	Ampliação de autonomia para as esferas de governo estadual, municipal e distrital.....	601
14.9.5.	Teto para o valor das aposentadorias	601
14.9.6.	Reajuste de proventos e pensões	602
14.9.7.	Hipóteses de aposentadoria.....	602
14.9.7.1.	Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.....	602
14.9.7.2.	Aposentadoria compulsória	603
14.9.7.3.	Aposentadoria voluntária.....	604
14.9.7.4.	Aposentadorias especiais.....	604
14.9.7.5.	Acumulação de aposentadorias	608
14.9.7.6.	Rompimento de vínculo e complementação de aposentadorias	609
14.9.7.7.	Manutenção aposentadorias e de pensão a ex-governadores, ex-prefeitos e a seus dependentes	609
14.9.7.8.	Acumulação de proventos com vencimentos	610
14.10.	Direitos e deveres infraconstitucionais — Lei n. 8.112/90	611
14.10.1.	Regime disciplinar.....	611
14.10.2.	Da responsabilidade	612
14.10.3.	Penalidades.....	613
14.10.4.	Prazos de prescrição.....	615
14.10.5.	Instrumentos para apuração de irregularidades: sindicância e processo disciplinar	616
14.10.5.1.	Fases do processo disciplinar.....	619
14.10.6.	Procedimento disciplinar sumário	623
14.10.7.	Pedido de revisão.....	624
14.10.8.	Direitos e vantagens	627
14.10.9.	Das licenças	630
14.10.10.	Das hipóteses de provimento derivado de cargos públicos.....	633
14.10.11.	Da remoção do servidor	636
14.10.12.	Vacância dos cargos	637
14.10.13.	Regras sobre concursos públicos para a administração federal direta, autárquica e fundacional, estipuladas pelo Decreto n. 9.739/2019	638
14.10.14.	Novas regras para a nomeação de cargos e funções comissionadas	642
14.10.15.	A Lei n. 14.965/2024.....	643
14.11.	Quadro sinótico	645
14.12.	Súmulas sobre servidores públicos	647
14.12.1.	Súmulas do STF.....	647
14.12.2.	Súmulas vinculantes.....	649
14.12.3.	Súmulas do STJ	650
14.13.	Questões	online
15.	DIREITO DE PROPRIEDADE	653
15.1.	Perfil constitucional — localização e definição.....	653
15.1.1.	Função social da propriedade.....	654
15.1.1.1.	Da propriedade urbana.....	654
15.1.1.2.	Da propriedade rural	658

15.2.	Meios de intervenção na propriedade	662
15.2.1.	Desapropriação	663
15.2.1.1.	Definição e desdobramentos	663
15.2.1.2.	Desapropriação clássica ou ordinária	664
15.2.1.3.	Desapropriação extraordinária	665
15.2.1.4.	Competência para legislar e desapropriar	667
15.2.1.5.	Fases da desapropriação	668
15.2.1.5.1.	Declaratória	668
15.2.1.5.1.1.	Da retrocessão	673
15.2.1.5.2.	Fase executória: inicial e contestação	677
15.2.1.5.3.	Da imissão provisória na posse	678
15.2.1.5.4.	Fase de instrução	680
15.2.1.5.5.	Da sentença	681
15.2.1.6.	Modalidades	683
15.2.1.6.1.	Desapropriação por zona	683
15.2.1.6.2.	Desapropriação para industrialização ou urbanização	683
15.2.1.6.3.	Desapropriação indireta	684
15.2.2.	Confisco	687
15.2.3.	Requisição	690
15.2.4.	Ocupação	692
15.2.5.	Limitação administrativa	692
15.2.6.	Servidão administrativa	693
15.2.7.	Tombamento	693
15.2.8.	Meios de intervenção na propriedade regulados pelo Estatuto da Cidade — Lei n. 10.257/2001	696
15.2.8.1.	Direito de superfície	696
15.2.8.2.	Direito de preempção	697
15.2.8.3.	Outorga onerosa do direito de construir	698
15.2.8.4.	Operações urbanas consorciadas	698
15.2.8.5.	Estudo de impacto de vizinhança	700
15.3.	Quadro sinótico	701
15.4.	Súmulas sobre direito de propriedade	702
15.4.1.	Súmulas do STF	702
15.4.2.	Súmulas do STJ	703
15.5.	Questões	online
16.	BENS PÚBLICOS	705
16.1.	Definição	705
16.2.	Classificação	708
16.3.	Regime jurídico	710
16.3.1.	Inalienabilidade	710
16.3.2.	Impenhorabilidade	714
16.3.3.	Imprescritibilidade	720
16.3.4.	A não onerabilidade	721
16.4.	Uso dos bens públicos	722
16.4.1.	Autorização	724
16.4.2.	Permissão	724
16.4.3.	Concessão	724

16.4.4.	Concessão de direito real	725
16.4.5.	Cessão	725
16.5.	Espécies de bens	726
16.5.1.	Bens da União	726
16.5.1.1.	Modalidades	727
16.5.1.1.1.	Bens terrestres	727
16.5.1.1.2.	Bens aquaviários	728
16.5.1.1.3.	Subsolo	729
16.5.2.	Bens estaduais e os integrantes do patrimônio nacional	729
16.6.	Quadro sinótico	730
16.7.	Súmulas sobre bens públicos	732
16.7.1.	Súmulas do STF	732
16.7.2.	Súmula do STJ	732
16.8.	Questões	online
17.	PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	733
17.1.	Noções gerais	733
17.2.	Princípios	733
17.2.1.	Crítérios de atuação e direitos dos administrados	735
17.3.	Etapas do processo administrativo	739
17.4.	Forma, tempo e lugar dos atos do processo	742
17.5.	Da instrução dos processos administrativos	743
17.6.	Da obrigação de decidir	743
17.7.	Dos recursos	744
17.8.	Do pedido de revisão	745
17.9.	Da anulação, revogação e convalidação	746
17.10.	Quadro sinótico	749
17.11.	Súmulas sobre processo administrativo	750
17.11.1.	Súmulas vinculantes	750
17.11.2.	Súmulas do STJ	750
17.12.	Questões	online
18.	ORDEM ECONÔMICA	751
18.1.	Noções gerais	751
18.1.1.	Lei n. 13.874/2019 (Liberdade econômica)	753
18.2.	Princípios	754
18.2.1.	Princípio da soberania nacional	755
18.2.2.	Princípio da propriedade privada e função social da propriedade	755
18.2.3.	Princípio da livre concorrência	756
18.2.4.	Princípio da defesa do consumidor	756
18.2.5.	Princípio da defesa do meio ambiente	757
18.2.5.1.	Diretrizes constitucionais	757
18.2.6.	Princípio da redução das desigualdades regionais e sociais	760
18.2.7.	Princípio da busca do pleno emprego	760
18.2.8.	Princípio do tratamento favorecido para empresas de pequeno porte	761
18.3.	Modos de atuação do Estado na economia	762
18.3.1.	Como explorador de atividade econômica	762
18.3.2.	Como prestador de serviços públicos	764

18.3.3.	Como executor de atividades monopolísticas	766
18.3.4.	Como agente normativo e regulador	767
18.4.	Quadro sinótico	769
18.5.	Súmulas sobre intervenção do Estado na ordem econômica	769
18.5.1.	Súmulas vinculantes	769
18.5.2.	Súmulas do STJ	769
18.6.	Questões	online
19.	FORMAS DE CONTROLE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO	771
19.1.	Noções gerais	771
19.1.1.	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)	771
19.2.	Das modalidades	776
19.2.1.	Controle interno	776
19.2.1.1.	Controle de ofício	776
19.2.1.2.	Por provocação de terceiros	777
19.3.	Controle externo	781
19.3.1.	Controle pelo Legislativo (político)	781
19.3.2.	Controle pelo Legislativo (financeiro)	783
19.3.2.1.	Dos Tribunais de Contas	783
19.4.	Controle judicial — Noções gerais	787
19.4.1.	<i>Habeas corpus</i>	789
19.4.1.1.	Histórico	789
19.4.1.2.	Objeto e partes	790
19.4.1.3.	Competência	791
19.4.1.4.	“Habeas corpus” preventivo e liberatório	792
19.4.1.5.	O caso Olga Benário Prestes	792
19.4.2.	<i>Habeas data</i>	793
19.4.2.1.	Objeto	794
19.4.2.2.	Partes	795
19.4.2.3.	Esgotamento das vias administrativas	797
19.4.2.4.	Competência	797
19.4.3.	Mandado de segurança	799
19.4.3.1.	Mandado de segurança individual	799
19.4.3.1.1.	Objeto	799
19.4.3.1.2.	Partes	801
19.4.3.1.3.	Liminar	803
19.4.3.1.4.	Prazo	805
19.4.3.2.	Mandado de segurança coletivo	806
19.4.3.2.1.	Objeto	806
19.4.3.2.2.	Legitimidade ativa, sentença e liminar	807
19.4.3.2.3.	Considerações finais	809
19.4.3.2.4.	Principais enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal	809
19.4.4.	Mandado de injunção	813
19.4.4.1.	Objeto	813
19.4.4.2.	Origem	814
19.4.4.3.	Pressupostos	814
19.4.4.4.	Partes	815

19.4.4.5.	Competência.....	815
19.4.4.6.	Natureza e efeitos da decisão.....	816
19.4.4.7.	Do mandado de injunção coletivo	817
19.4.4.8.	Mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	818
19.4.5.	Ação popular.....	820
19.4.5.1.	Conceito.....	820
19.4.5.2.	Objeto	820
19.4.5.3.	Pressupostos	821
19.4.5.4.	Partes	822
19.4.5.5.	Competência.....	822
19.4.5.6.	Liminar.....	823
19.4.5.7.	Efeitos da decisão.....	823
19.4.6.	Ação civil pública.....	825
19.4.6.1.	Objeto	825
19.4.6.2.	Partes.....	825
19.4.6.3.	Das decisões interlocutórias e da sentença.....	827
19.4.7.	Ação popular e ação civil pública	828
19.5.	Quadro sinótico	831
19.6.	Súmulas sobre formas de controle sobre a Administração	832
19.6.1.	Súmulas do STF	832
19.6.2.	Súmulas do STJ	835
19.7.	Questões	online
Referências		837